

BELO HORIZONTE ALÉM DO DISCURSO!

Escrito por: Alexandre Boaventura, Henrique Cançado, Gabriel Teixeira, João Paulo Soares e Vitória de Paula.

Resumo introdutório: Na nossa campanha, "Além do Discurso" é mais do que um slogan – é um compromisso com a transformação real e palpável para Belo Horizonte. Alexandre Boaventura é um candidato que acredita que a política progressista deve ultrapassar a retórica e se converter em ações concretas. Enquanto muitos falam sobre mudanças, nós estamos aqui para realizá-las. Acreditamos que, juntos, podemos construir uma cidade mais justa, inclusiva e sustentável, e isso exige mais do que palavras – exige compromisso e ação.

Os pilares da nossa campanha são claros e focados em áreas essenciais para o desenvolvimento da nossa cidade: educação, cultura, mobilidade, sustentabilidade e habitação. Em educação, lutamos por escolas de qualidade e acesso igualitário ao ensino. Na cultura, queremos valorizar nossos artistas locais e promover a diversidade cultural. Em mobilidade, buscamos um transporte público eficiente e acessível para todos. A sustentabilidade é nossa bandeira para garantir uma cidade verde e preparada para o futuro. E, por fim, em habitação, propomos políticas que assegurem moradia digna para todos os cidadãos. Estes pilares não são apenas promessas – são a base do nosso plano de ação, que convido você a explorar e se engajar para juntos fazermos a diferença.

Sumário

Educação.....	1
1. Introdução teórica.....	1
2. Justificativa.....	2
3. Propostas do eixo de Educação.....	3
Cultura.....	8
1. Introdução teórica.....	8
2. Justificativa.....	9
3. Propostas do eixo de Cultura.....	10
Mobilidade Urbana.....	13
1. Introdução teórica.....	13
2. Justificativa.....	14
3. Propostas do eixo de Mobilidade Urbana.....	15
Habitação.....	20
1. Introdução teórica.....	20
2. Justificativa.....	21
3. Propostas do eixo de Habitação.....	21
Sustentabilidade e Meio Ambiente.....	25
1. Introdução teórica.....	25
2. Justificativa.....	26
3. Propostas do eixo de Sustentabilidade e Meio Ambiente.....	27

Educação

1. Introdução teórica

Sendo um direito social fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, a educação é defendida por muitos especialistas, e até mesmo políticos, como a solução mais eficiente para todos os problemas sociais, econômicos e humanos. De fato, ao analisarmos países onde a população é mais bem-educada e tem maior nível de instrução, nota-se que os cidadãos possuem melhores condições de definirem o próprio futuro e lutarem por seus direitos, bem como maior capacidade produtiva para o exercício de trabalhos cada vez mais valiosos para si e para o país.

Peters (2001, p. 192), diz que “a educação não é mais vista como transmissão de conhecimentos, mas como um processo permanente que se desenrola no ser humano e o leva a apresentar-se a si mesmo, a comunicar-se com outros, a questionar o mundo com base em experiências próprias”. Seguindo essa ideia, Freire (1979, p. 28) afirma que “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados. Estamos todos nos educando”.

Nesse sentido, é necessário que se façam investimentos em educação, não apenas na educação formal, mas em todas as esferas transversais ao tema, com uma política eficiente e que valorize a instrução do indivíduo desde sua infância, assim como nos anos seguintes à escola. É importante destacar que todos os atores docentes, seguindo a definição ampla de Oliveira (2010), bem como os atores escolares, agentes públicos, familiares, e todos aqueles envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem, que são peças fundamentais para formação do sujeito, seja ele singular, coletivo, cívico e cidadão.

A partir dessas premissas, cabe destacar que este eixo de propostas tomou o cuidado teórico e prático de estar alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresentados pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o documento, naquilo que se refere à educação, esse plano está alinhado com os seguintes objetivos:

- **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
- **Objetivo 2:** Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
- **Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- **Objetivo 4:** Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- **Objetivo 9:** Construir infra estruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **Objetivo 10:** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
- **Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;

- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;



2. Justificativa

A educação pública municipal é uma das mais importantes ferramentas que o poder público possui como forma de praticar ações e medidas de justiça social, visando equiparar desigualdades econômicas.

Nesta direção, é fácil compreender o principal objetivo das escolas municipais da rede municipal de Belo Horizonte (RME/BH), de forma ampla. Tantas missões que podem ser resumidas pelo trecho a seguir retirado do plano pedagógico de uma das escolas da rede municipal: “promover uma educação de qualidade para todos os alunos, levando-os a construir sua história com responsabilidade, dignidade e autonomia, contribuindo para uma sociedade mais justa, fraterna e feliz” (PPP da ESCOLA MUNICIPAL JARDIM FELICIDADE).

Apesar desse aparato institucional e jurídico muito bem elaborado, nem sempre a educação pública é a ideal e sofre constantes violações, como por exemplo nos momentos de cortes de verbas em períodos de restrições orçamentárias. Esses cortes acontecem pois seu orçamento é diretamente relacionado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), um fundo de financiamento federal. Além disso, as inconstâncias locais e a falta de estrutura adequada tornam ainda mais desafiadora e constante a missão de ensino-aprendizagem das famílias, professores e escolas.

Em meio a essa diferença entre o idealizado pela lei e o que ocorre na prática, as escolas têm vários outros desafios como a busca incessante pela melhora do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Para registrar, em 2021, Belo Horizonte obteve nota de 4,5 para os anos finais do ensino fundamental, e 5,2 nos anos iniciais. Esse cenário complexo e com muitas pressões sociais indica a importância de se pensar a educação como pauta prioritária. Por isso, nosso mandato tem muito orgulho de pautar a defesa da educação como uma bandeira e frente de atuação parlamentar.

É por acreditar no caráter de transformação social da educação, e pelo fato de o Alexandre Boaventura ser essencialmente professor na sua trajetória profissional, tendo ministrado aulas para a educação básica, principalmente como professor da EJA e também em institutos e organizações de formação como o IPPE, o Politize! e também na formação digital e tecnológica de diversas pessoas. Todos esses fatores nos levam a estabelecer a educação como eixo prioritário do mandato e elaboramos as seguintes

propostas a seguir de resolução de alguns dos problemas educacionais da cidade de Belo Horizonte.

É muito comum no meio político, promessas absurdas, que quase sempre acabam não sendo cumpridas. Não queremos ser mais uma candidatura que promete rios e fundos. Devemos também considerar os limites jurídicos de um mandato de vereador, e o fato de que nossa atuação se dá principalmente de forma legislativa e não executiva, como muitas pessoas confundem. Dessa maneira, para elaborar este documento, consultamos a viabilidade prática de realizar o que estamos prometendo. Considerando as questões que envolvem toda a educação básica, mas nos atentando às responsabilidades e ausências da gestão municipal e as demandas das escolas municipais, a partir de cinco principais questões essenciais: **Acesso; Qualidade; Infraestrutura; Transformação social; e Tecnologia;**

3. Propostas

a. Proposta 1: Raio-X da Educação Municipal

Para garantir o acesso, a qualidade, a infraestrutura adequada, às transformações sociais sonhadas e o uso da tecnologia nas escolas de Belo Horizonte, faremos um diagnóstico completo das necessidades das 76 escolas municipais da rede própria e das 147 escolas municipais de educação infantil através de visitas técnicas, escuta ativa e catalogação presencial das principais condições escolares. Definimos então, o primeiro programa de atuação do nosso mandato, Raio-X da Educação Municipal. Da portaria à diretoria já começamos a diagnosticar e chegar a estatísticas como as encontradas abaixo. Essa proposta tem por objetivo passar um pente fino na situação da educação municipal e fazer uma análise completa, acadêmica e prática, desde os berçários até o ensino fundamental, passando pela EJA na cidade. Os dados por cada regional da cidade serão condensados em relatórios a serem apresentados periodicamente e debatidos com a Secretaria de Educação (SMED) para que sejam propostas as melhorias apontadas.

b. Proposta 2: Escola Conectada

De acordo com trabalho da pesquisadora Márcia Borges (CEFET-MG), na era da informação, a inserção digital passa a ser considerado um direito do cidadão e um dever do Estado, uma vez que a inclusão digital é uma forma de inclusão social. Nesse sentido, as escolas, em especial as da rede pública, assumem um papel essencial enquanto espaço de formação, com potencial de proporcionar a crianças e jovens o contato com as tecnologias digitais da informação e do conhecimento (TDIC) e assim promover, além da inclusão digital, melhores condições de inserção no mercado de trabalho e na sociedade globalizada.

A transformação digital modificou completamente a forma como iremos lidar com o conhecimento e a educação de agora em diante. No entanto, quando olhamos para a realidade da rede pública de ensino de Belo Horizonte, os dados do Censo/INEP (2018) apontam que apenas 55% das 322 escolas possuem laboratórios de informática, sendo somente 3.786 computadores para os quase 100 mil alunos matriculados no ensino fundamental.

A falta de estrutura básica que permita a inclusão desses alunos às TDIC é preocupante para toda sociedade pois, de acordo com Almeida (2015), além de as ferramentas tecnológicas propiciarem a democratização do acesso, da troca de informações e das experiências; as TDIC favorecem uma compreensão crítica da realidade e o desenvolvimento humano, social, cultural e educacional do indivíduo, culminando em uma sociedade mais justa e igualitária.

O programa Escola Conectada, uma das principais bandeiras do nosso mandato, consiste na elaboração de uma lei que facilite o processo de doação de equipamentos tecnológicos para as escolas municipais combinado ao estímulo a benefícios de direcionamento fiscal que estimulem os processos de doação entre o primeiro e o terceiro setor junto às escolas municipais de BH. A exigência para a iniciativa privada é a viabilização de implantação de laboratórios de informática através de doações de equipamentos e infraestrutura adequada. Além disso, um dos objetivos dessa proposta de lei, é regulamentar a utilização desses mesmos laboratórios para voluntários e cursos com matrículas gratuitas ou a preços populares para comunidade do entorno da unidade escolar.

Essa ação proporciona a melhor experiência de aprendizado aos alunos, por estarem em um ambiente tecnologicamente mais robusto, e assim, acessarem um leque maior de atividades escolares. Além de ser uma ação integrada com a atuação do/a professora/a a fim de melhorar as condições de trabalho destes profissionais, estimulando sua atuação enquanto docente com um vínculo digital.

Cabe ressaltar que mesmo sem mandato, duas escolas públicas da região Leste já foram beneficiadas com laboratórios conseguidos e construídos por Alexandre e sua equipe em uma conexão de escolas e entidades privadas.

c. Proposta 3: Educação completa é educação integral

Nessa frente de atuação, o gabinete do Alexandre Boaventura e sua equipe vão direcionar seus esforços em cuidar do fortalecimento dos programas de educação integral ou em horários alternativos, tais como os já existentes na rede municipal de Belo Horizonte: Escola Integrada, Escola Aberta e Escola nas Férias. Nessa direção, o primeiro passo estabelecido para isso é trabalhar pela abertura de concursos da rede municipal que cumpram as funções estabelecidas nesses programas de educação integrada, visando reduzir a sobrecarga dos atuais funcionários.

Não menos importante, o mandato vai se debruçar sobre a questão de transformar escolas integradas em grandes centros de educação integral. Essa já é uma ação que tem ocorrido junto à SMED/PBH e tem como objetivo ampliar o acesso à esse serviço para mais alunos da rede municipal.

Nosso projeto é mapear e reunir nove grandes centros da Escola Integrada, a possibilidade de consolidar essas unidades escolares como Centros de Educação Integral (CEI) daquela determinada regional.

Por meio de edital bem estabelecido com a SMED/PBH, as escolas poderão se cadastrar para que sejam acionadas pelas autoridades da secretaria com o intuito de fortalecer, equipar uma escola para operar como um CEI, ou construir uma unidade escolar integral responsável por atender determinada região. Ainda serão estabelecidos junto às regionais e a SMED, pontos de contato eficazes entre os monitores e trabalhadores dos programas integrais. Afinal, como apontam alguns relatórios do Escola Integrada, quando os monitores são moradores das regionais, existe melhor integração com a comunidade escolar.

Os grandes Centros de Educação Integral serão fortalecidos e potencializados por meio de emendas parlamentares visando como contrapartida a adaptação completa das unidades para a modalidade integral.

d. Proposta 4: Educação na maturidade

Nosso desejo é elaborar o Plano de Educação na Maturidade da cidade de Belo Horizonte. Muito se fala que a educação para adultos não segue os mesmos preceitos da educação básica. São várias as explicações para essa diferença, como o uso mais amplo das pessoas, as metodologias mais ativas, a forma de abordar os conteúdos formativos em pessoas adultas, e até mesmo o ambiente.

Existe uma ciência chamada Andragogia, que é aplicada tanto no meio acadêmico, quanto na educação formal, ou em contextos sociais e políticos, por meio de palestras, discursos, debates. Não menos importante, existe um incentivo, sobretudo do terceiro setor, ou pontos mais empresariais com focos em treinamentos, palestras e reuniões para capacitar o público de meia idade e até mesmo da terceira idade.

Por alguns anos, Alexandre Boaventura foi professor de design, comunicação e marketing e tecnologia no Instituto de Pesquisas e Projetos Empreendedores (IPPE), cujo público-alvo é essencialmente, pessoas 50+, mulheres e pessoas negras donas de pequenos e médios empreendimentos que se qualificam para aprimorarem seus negócios.

A partir dessa experiência e em debate com nossa equipe, elaborou-se a quarta frente de atuação do mandato no eixo de Educação, Educação na maturidade. Nesse pilar, nosso mandato, assim como a Andragogia, defende-se um ensino baseado na motivação e no autoconhecimento como combustível. É bastante conhecido, mas a abordagem educacional em uma fase mais avançada da vida, já foi referida por organizações internacionais como "educação continuada" ou "aprendizagem ao longo da vida". Entretanto, são raras as experiências em que o poder público reflete e coloca como pretensão de suas metas educacionais, o cuidado com a educação na maturidade.

Por isso, nessa frente de atuação do mandato, Alexandre e sua equipe têm como objetivo promover oportunidades contínuas de aprendizado para adultos e idosos, potencializando a inclusão digital desse público e facilitando a requalificação profissional para adultos em transição de carreira; além de oferecer atividades culturais e educativas que valorizem a experiência e conhecimento dos mais velhos.

O mandato pretende potencializar junto ao terceiro setor cursos de tecnologia, gastronomia, comunicação digital, leitura, práticas comerciais e culturais, e alfabetização que foquem no público alvo da maturidade.

e. Proposta 5: A mudança da sociedade começa na Primeira Infância

O último eixo da educação e foco da atuação do mandato do Alexandre Boaventura é a Primeira Infância. Para tratar desse tema, lembra-se que todo o desenvolvimento educacional de uma pessoa começa na primeira infância e naturalmente na Educação Infantil. Esta é a primeira etapa da educação básica Educação Infantil que compreende o atendimento a crianças na faixa etária de creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 e 5 anos).

Nesta fase da Primeira Infância, a responsabilidade pelo provimento ao acesso à Educação Infantil é da rede municipal. Nos últimos anos, a nossa cidade tem se tornado referência nacional no que se refere a oportunizar de forma pública e com qualidade esse acesso, por exemplo tendo conseguido universalizar a oferta de atendimento às crianças de 4 e 5 anos na cidade. A rede municipal busca como próximo passo, estender ao máximo o atendimento a crianças de 0 a 3 anos.

No Brasil, as avaliações das aprendizagens de estudantes em larga escala são utilizadas para aferir a qualidade dos Ensinos Fundamental e Médio. No entanto, para a Educação Infantil não existem levantamentos nacionais que nos permitam conhecer mais ampla e sistematicamente a qualidade dos serviços oferecidos. Por causa desse motivo, os pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Economia Social (Lepes), vinculado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) da USP que desenvolve pesquisas e avaliações de impacto de políticas sociais e programas específicos nas áreas do desenvolvimento infantil, desenvolvimento socioemocional, gestão escolar e violência e criminalidade criou um observatório da educação infantil e publicou o primeiro estudo do Brasil a traçar um panorama da qualidade da educação infantil no país.

Em acompanhamento acadêmico, e em conjunto com as ações da SMED/PBH, nosso mandato propõe enquanto programa de atuação e projeto de lei a criação das atividades do Observatório Infantil da educação Municipal de Belo Horizonte, adequando as possibilidades levantadas pelo Lepes à realidade da rede municipal, é imprescindível que o poder público tenha controle por meio de dados em trabalho conjunto com as universidades da cidade sobre aspectos mais profundos do que apenas o acesso e a qualidade da educação infantil.

O Observatório terá ainda como linha de trabalho o acompanhamento transversal das crianças no sistema municipal de Belo Horizonte. Isso inclui garantir o acesso fácil e eficiente aos dados educacionais das crianças por parte dos professores, independentemente da unidade municipal de ensino infantil (UMEI) em que estejam matriculadas.

Cultura

1. Introdução teórica

Compreendendo a cultura como uma pauta básica de direito à cidade e a identidade que compõe o que somos, ou nas palavras da Unesco, “a fonte da imaginação coletiva”, a cultura é toda aquela ação e iniciativa que constroi e consolida o significado e identidade de um grupo das pessoas, àquela liga que gera a coesão dos povos.

Sendo assim, é essencial que se enxergue a cultura desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento urbano e social das cidades, e como um eixo político crucial para a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão municipal. Em um contexto urbano, a cultura vai além da simples expressão artística; ela engloba valores, práticas, tradições e identidades que moldam o tecido social e contribuem para a coesão comunitária.

Nessa direção, enxerga-se a cultura como elemento chave na promoção da cidadania e na construção de identidades coletivas. Ao valorizar e apoiar as diversas manifestações culturais, o poder público fortalece o sentimento de pertencimento e identidade entre os cidadãos, promovendo a inclusão social e o respeito à diversidade. Além disso, a cultura tem o poder de resgatar e revitalizar tradições locais, preservando a memória e a história da cidade, o que é essencial para a construção de uma sociedade mais consciente e conectada às suas raízes.

Economicamente, a cultura também se consolida como vetor importante de desenvolvimento. Cidades que investem em políticas culturais robustas criam um ambiente favorável para a economia criativa, gerando empregos e renda por meio de setores como turismo, artes, música, cinema, teatro e gastronomia. Estes setores não apenas contribuem diretamente para a economia local, mas também estimulam o empreendedorismo e a inovação, atraindo investimentos e talentos para a cidade.

A cultura é ainda um pilar de fundamental importância na promoção da sustentabilidade. Projetos culturais podem estimular práticas sustentáveis e a consciência ambiental, através de iniciativas que valorizam a ecologia, o consumo responsável e a preservação do patrimônio natural e cultural.

Este eixo de propostas tomou o cuidado teórico e prático de estar alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresentados pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o documento, naquilo que se refere à cultura, esse plano está alinhado com os seguintes objetivos:

- **Objetivo 3:** Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
- **Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **Objetivo 15:** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.



2. Justificativa

Compreendendo a cultura como uma pauta básica de direito à cidade e a identidade que compõe o que somos, ou nas palavras da Unesco, “a fonte da imaginação coletiva”, a cultura é toda aquela ação e iniciativa que constroi e consolida o significado e identidade de um grupo das pessoas, àquela liga que gera a coesão dos povos.

Sendo assim, é essencial que se enxergue a cultura desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento urbano e social das cidades, e como um eixo político crucial para a formulação de políticas públicas.

A cultura é um dos eixos do nosso mandato que mais recorta a história de vida pessoal e profissional do Alexandre Boaventura. Integrante há mais de dez anos de baterias carnavalescas, universitárias e também de projetos inclusivos, Alexandre ainda foi e é membro dos movimentos de rua como as fanfarras e de ocupação da cidade, como por exemplo, a galera do skate e do movimento ciclista de Belo Horizonte.

Em consonância com a legislação brasileira, no Art. 215 da CF, o Estado passa a ter que garantir a todos “o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”.

Belo Horizonte é uma cidade efervescente, iluminada e um polo de agitação cultural. Dessa forma, compreende-se a árdua missão da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), instituída pela Lei 11.065 de 1º de agosto de 2017, de planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações setoriais a cargo do Município em cooperação com os demais entes federados e com os diferentes segmentos culturais.

Nesse sentido, coloca-se como eixo central de atuação desse mandato, a cultura, nos mesmos moldes da missão da SMC de “promover políticas culturais democráticas, transversais, participativas, transparentes e descentralizadas; garantindo o pleno

exercício dos direitos culturais e a universalização do acesso à cultura e à diversidade cultural e étnico-racial.

Lembra-se também que investimentos em cultura têm um impacto direto na economia local. Setores culturais, como turismo, artes e entretenimento, contribuem significativamente para a geração de empregos e para o aumento da receita municipal. O desenvolvimento de infraestruturas culturais, como teatros, museus e centros de arte, não apenas melhora a oferta de atividades culturais, mas também atrai turistas e impulsiona o comércio local.

A cultura ainda desempenha um papel crucial na educação e no desenvolvimento pessoal. Atividades culturais e artísticas oferecem oportunidades de aprendizado fora do ambiente escolar tradicional, promovendo habilidades como criatividade, pensamento crítico e empatia. Programas culturais bem implementados podem complementar a educação formal, atendendo às necessidades de diferentes faixas etárias e promovendo a formação integral dos indivíduos.

Justifica-se portanto a escolha do eixo cultura, pelo caráter estratégico e multifacetado do tema, oferecendo benefícios que vão além do mero entretenimento. Ao integrar a cultura como um eixo central nas políticas públicas, a cidade não apenas promove a expressão artística e a criatividade, mas também impulsiona o desenvolvimento econômico, educacional e social. Investir em cultura é, portanto, investir no futuro de uma cidade mais inclusiva, dinâmica e sustentável.

Belo Horizonte tem desafios recentes e bem complexos no que se refere à promoção cultural da cidade e a ocupação com lazer e entretenimento do centro urbano. Seguindo a promessa de evitar proposições absurdas e reiterando os limites da atuação jurídica de um mandato de vereador, elaboramos as propostas de atuação do mandato frente ao eixo cultural, a partir de cinco principais questões essenciais pertinentes ao tema: **Geração de Empregos; Qualidade de vida e Acessibilidade; Identidade Social; Movimentos populares e o direito à cidade; Tradição; Inovação e Criatividade.**

3. Propostas

a. Proposta 1: Carnaval popular, democrático e inteligente

Para fortalecer a organização do Carnaval de Belo Horizonte, promovendo um evento seguro, inclusivo e que valorize a cultura local, com especial atenção aos ambulantes e pequenos empreendedores, Alexandre e sua equipe pensaram em uma frente de atuação que vise fortalecer o Carnaval de Belo Horizonte.

O Carnaval de Belo Horizonte é um evento cultural de grande importância, que atrai um público diversificado e movimenta a economia local. Para garantir que essa celebração seja segura e inclusiva, é essencial implementar medidas que organizem o espaço urbano, regulamentem a atuação de ambulantes e promovam a cultura local.

Ademais é necessário que se defina cada vez mais as zonas específicas para blocos de rua, ambulantes, e serviços de emergência, garantindo a livre circulação e segurança dos foliões; e que se garanta a infraestrutura necessária. Nessa frente, coloca-se como condição necessária a Valorização dos Ambulantes.

A proposta visa transformar o Carnaval de Belo Horizonte em um evento mais organizado, seguro e inclusivo, valorizando a cultura local e fortalecendo a economia através da participação ativa de ambulantes e microempreendedores. A organização eficiente do espaço urbano e a promoção de uma festa culturalmente rica contribuem para o bem-estar dos moradores e visitantes, fortalecendo o caráter acolhedor e vibrante da cidade.

b. Proposta 2: Bares e Restaurantes são vocação municipal

Os bares e restaurantes em Belo Horizonte se consolidam no imaginário da cidade como lugares simbólicos de ocupação da cidade com muita diversão e lazer, e também como elementos importantes da identidade local.

É importante compreender os bares e restaurantes como instituições parceiras do poder público e fundamentais para o ativamento da cultura local. Além disso, é preciso que se compreenda o valor econômico desses estabelecimentos como geradores de empregos e renda para a cidade. Por isso, é mais do que necessário, que a prefeitura invista em projetos que suportem a diversidade gastronômica e cultural da cidade.

Dessa maneira, o projeto de atuação para o fortalecimento de bares e restaurantes de Belo Horizonte visa oferecer suporte do Alexandre Boaventura e sua equipe, no sentido de regulamentar a atuação dos bares e restaurantes, com o poder público e potencializar a rede de comerciantes da cidade como parceiros no processo de ocupação cultural da cidade.

c. Proposta 3: Skate salva vidas!

Alexandre anda de skate desde criança. Sua trajetória de vida é recortada pelo skate e por tudo que envolve esse mundo. A realidade que se tem é que o skate é muitas vezes visto como arruaça ou esporte de vagabundo. Por conta disso, não existe diálogo, ou esse diálogo é muito curto entre o poder público e a galera do skate.

Esse distanciamento ocorre por puro preconceito e desconhecimento das realidades. Alexandre e sua equipe tem elaborado uma compreensão mais ampla que visa ressignificar junto ao poder público municipal esse estigma do skatista como baderneiro.

Para isso, em primeiro lugar é importante que o poder público municipal compreenda o skate como ferramenta de transformação social. O skate enquanto esporte é uma forma multivariada e divertida de exercício, que promove a saúde cardiovascular, a força muscular e a coordenação

motora, podendo ajudar até a reduzir o estresse e a ansiedade das pessoas que praticam. Além disso, o movimento do skate é permeado pela sensação de comunidade e pertencimento, que ajuda os participantes, em sua maioria jovens, a terem uma visão mais inclusiva e colaborativa do mundo. Talvez mais importante, o skate oferece uma alternativa positiva para atividades potencialmente prejudiciais, mantendo os jovens engajados em algo construtivo e saudável, ajudando-os a se manter em destinos mais propositivos e a evitando comportamentos de risco, bem como o uso de ilícitos.

Por isso, Alexandre Boaventura e sua equipe criaram o programa de atuação parlamentar, o skate salva vidas! Esse conjunto de propostas tem como objetivo: promover o skate como uma ferramenta de inclusão social, saúde, e desenvolvimento pessoal, além de garantir infraestrutura adequada e suporte aos praticantes do esporte em Belo Horizonte.

d. Proposta 4: Expansão das tradições do samba e pagode em Belo Horizonte

Samba e pagode são tradições importantes em Belo Horizonte devido à rica história cultural e à influência da música popular brasileira na cidade. A migração de pessoas do Rio de Janeiro e de São Paulo para Belo Horizonte, em busca de oportunidades, trouxe com elas a cultura do samba e do pagode. Essas influências foram se misturando com a cultura local, estabelecendo essas músicas como parte integrante da cena musical da cidade.

Atualmente, em Belo Horizonte têm sido resgatadas a cultura dos eventos de samba e das rodas de pagode organizadas em quintais e casas culturais. A tradição que outrora estava restrita a bairros tradicionais como Santa Tereza e Floresta, agora têm ganhado as nove regionais da cidade, de uma forma nunca antes vista.

Compreendendo esse movimento como uma frente cultural popular e legítima no que diz respeito à ocupação e a economia da cidade, Alexandre Boaventura e sua equipe propõe a expansão regulamentada; o diálogo do poder público municipal com as principais casas de samba e pagode e o reconhecimento do valor cultural do samba e do pagode como elementos tradicionais e atuais da cultura da cidade de Belo Horizonte.

e. Proposta 5: Entretenimento a matriz econômica da cultura

O entretenimento desempenha um papel vital na economia cultural ao gerar receitas significativas e criar oportunidades de emprego. Eventos culturais, como festivais, shows e exposições, atraem visitantes e consumidores, estimulando a economia local através de gastos com ingressos, hospedagem, alimentação e transporte. Além disso, a indústria do entretenimento promove o crescimento de setores relacionados, como turismo, publicidade e serviços, contribuindo para a geração de renda e a diversificação econômica. Investir em entretenimento cultural não só apoia a sustentabilidade financeira de instituições culturais, mas também

fomenta o desenvolvimento de talentos locais e o fortalecimento da infraestrutura cultural, ampliando a base econômica da cidade ou região.

Para fortalecer a indústria de entretenimento local em Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que valoriza a cultura, Alexandre Boaventura e sua equipe vão apoiar a criação e a realização de projetos culturais que destacam a identidade e as tradições locais; criar e viabilizar um programa de incentivo financeiro e logístico para produtores culturais e artistas locais, com foco em projetos de Belo Horizonte; solicitar e a construção e revitalização de centros culturais multifuncionais em diferentes regiões da cidade; facilitar e intermediar eventos culturais de grande escala junto com o poder público, como festivais de samba e pagode, feiras de arte e gastronomia local, e desfiles que celebrem a diversidade cultural de Belo Horizonte, com apoio institucional e parcerias privadas para garantir a qualidade e a relevância das atividades.

Mobilidade Urbana

1. Introdução teórica

A mobilidade urbana é um componente essencial para o desenvolvimento sustentável das cidades e a qualidade de vida de seus habitantes. Não se trata apenas de deslocar pessoas e bens de um ponto a outro, mas de garantir o direito à cidade de maneira igualitária e acessível. A mobilidade urbana eficaz possibilita a integração social e econômica, promovendo a inclusão e o acesso a oportunidades.

Neste contexto, a mobilidade deve ser pensada de forma ampla, englobando diferentes modos de transporte e promovendo a intermodalidade. Isso inclui desde o transporte público, como ônibus e metrô, até alternativas mais sustentáveis, como bicicletas e caminhadas. A priorização de um sistema de transporte público eficiente, seguro e acessível é fundamental para reduzir a dependência do transporte individual motorizado, diminuir congestionamentos e melhorar a qualidade do ar nas cidades.

Além disso, a mobilidade urbana está intrinsecamente ligada à justiça social e à equidade. Um sistema de transporte público bem planejado e acessível beneficia especialmente as populações mais vulneráveis, facilitando o acesso ao trabalho, à educação, à saúde e ao lazer. A democratização do espaço urbano por meio de políticas de mobilidade inclusivas contribui para a redução das desigualdades e promove uma cidade mais justa e equitativa.

Do ponto de vista econômico, a mobilidade urbana eficiente é um impulsionador do desenvolvimento. Ela facilita o fluxo de bens e serviços, estimula o comércio local e regional, e atrai investimentos. Cidades com sistemas de transporte bem desenvolvidos e sustentáveis são mais atraentes para negócios e talentos, criando um ciclo virtuoso de crescimento econômico.

A sustentabilidade é outro pilar crucial da mobilidade urbana. A adoção de tecnologias limpas e a promoção de modos de transporte sustentáveis são essenciais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

Políticas que incentivam o uso de transportes não poluentes e a integração de espaços verdes urbanos são fundamentais para a construção de cidades mais saudáveis e resilientes.

Este eixo de propostas também se alinhou de forma teórica e prática com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, apresentados pela Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o documento, naquilo que se refere à educação, esse plano está alinhado com os seguintes objetivos:

- **Objetivo 8:** Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
- **Objetivo 9:** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
- **Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- **Objetivo 12:** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
- **Objetivo 13:** Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos;
- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- **Objetivo 17:** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



2. Justificativa

A Mobilidade Urbana vive uma situação calamitosa em Belo Horizonte. Mobilidade a pé, por bicicleta e transporte público coletivo enfrentam problemas. Má qualidade, ausência de veículos rodando, redução de pessoas usuárias, aumentos constantes de tarifa, falta de financiamento para infraestrutura adequada e políticas públicas que priorizam o veículo individual motorizado que se aprofundaram com a pandemia de Covid-19.

Ficou exposta a falência do modelo atual: custeio exclusivamente a partir da tarifa, remuneração dos operadores sem transparência, falta de controle público e social sobre os sistemas. É necessária uma mudança radical desse modelo: o governo federal e os governos estaduais precisam se responsabilizar e pensar em ações e políticas públicas junto da sociedade civil. As cidades não podem seguir sendo pensadas para os carros e motos. Precisamos garantir cidades para pessoas, com mais ônibus, metrô e trens circulando. Em uma situação de crise generalizada, cresce a urgência pela ampliação dos serviços de transporte e de mobilidade como forma de combate às mudanças climáticas,

atendimento às urgências da qualidade do ar e redução das desigualdades nas cidades, mas não vislumbramos até o momento alguma resposta estruturada nesse sentido.

Em pesquisa recente do instituto Opus, a Mobilidade Urbana foi marcada como o principal problema de Belo Horizonte, em um cardápio com mais de 10 questões urbanas. A pesquisa realizada com mais de 700 entrevistados, viu que de todos os entrevistados, 35% citam essa questão da mobilidade como a mais relevante. Segundo o diretor da pesquisa, Matheus Dias, "Isso mostra que BH atingiu um colapso no transporte e precisa de opções e modais que atendam a essas demandas. Pode ser via metrô, mais linhas de BRT, corredores exclusivos, não importa, mas é necessário que consigam uma solução satisfatória".

Justifica-se a escolha do eixo mobilidade urbana devido à sua importância estratégica e abrangência, oferecendo benefícios que vão além da simples facilitação de deslocamentos. Ao priorizar a mobilidade urbana nas políticas públicas, a cidade não apenas melhora o acesso e a eficiência no transporte, mas também contribui para a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e o crescimento econômico. Investir em mobilidade é, portanto, investir em uma cidade mais conectada, acessível e resiliente.

Belo Horizonte enfrenta desafios complexos no que se refere à mobilidade urbana, especialmente no que diz respeito à integração dos diferentes modos de transporte e à melhoria da infraestrutura existente. Seguindo o compromisso de propor soluções viáveis e dentro dos limites legais da atuação de um vereador, apresentamos as propostas para a área de mobilidade urbana, abordando cinco questões essenciais: **Eficiência do Transporte Público; Acessibilidade e Inclusão; Sustentabilidade Ambiental; Integração e Conectividade; Desenvolvimento Econômico e Social.**

3. Propostas

a. Proposta 1: O transporte que gira a cidade é o público

Para fortalecer e fiscalizar o transporte público da cidade de Belo Horizonte. Queremos revisar o plano de mobilidade urbana, pensando na priorização dos transportes ativos e do pleno acesso à cidade por meio de deslocamentos seguros.

Como fazer para que o direito ao transporte, que está no rol dos direitos sociais da Constituição, seja plenamente realizado na nossa cidade? Como fazer para que utilizar o transporte público coletivo seja uma experiência de conexão com a cidade e seus espaços, um meio para a ampliação da democracia e contribuição para equidade?

Para fazer frente a esta situação, as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e pesquisadoras da pauta demandam a construção de um Sistema Único de Mobilidade, o SUM.

Dessa forma, nossa primeira proposta do eixo de mobilidade urbana visa a garantia plena do direito à cidade. Alexandre e sua equipe estão propondo formas estratégicas de se garantir a integração e inteligência no uso dos ônibus. É preciso que se reveja junto com a prefeitura as condições de uso, as condições de trabalho dos motoristas, a volta dos cobradores, a

integração de linhas centrais com estações de metrô e por fim a integração do transporte intermunicipal que muitas vezes executa rotas similares.

Apresentaremos o SUM, que obedece conceitos estruturantes da política pública brasileira e da luta pela universalização dos direitos sociais, como por exemplo no Sistema Único de Saúde - SUS e no SUAS. A nossa ideia é a revisão de um sistema precário para um um sistema integrado nas diferentes esferas e com ações estruturantes e priorização de investimentos em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Além disso, Alexandre e sua equipe vão fazer uma fiscalização intensa pelas linhas de ônibus de Belo Horizonte a fim de resolver situações e propor soluções para os problemas de superlotação, de sucateamento, e da falta de integração.

b. Proposta 2: Em busca do duplo zero - Zero tarifa é zero emissões!

Partindo do princípio da equidade, como um instrumento de combate às desigualdades, às violências, e às exclusões territoriais, sociais, de gênero e raciais, especialmente para as pessoas que se encontram em situação de imobilidade urbana; e da universalidade como garantidor de acesso universal das pessoas aos espaços e oportunidades das cidades, sem discriminação de qualquer natureza.

Queremos buscar um transporte que seja sustentável, moderno e eficiente para a população. Além disso, ele precisa ser acessível, considerando toda e qualquer inclusão social, como por exemplo o acesso à mobilidade especialmente para pessoas com deficiência, baixa mobilidade ou restrição de mobilidade, e as pessoas mais idosas.

Assim, a busca de Alexandre e sua equipe é pela revisão contratual das empresas de Belo Horizonte e pela viabilidade de renovação da frota, pensando em veículos mais limpos e tecnológicos. Ao passo que dá para se pensar o subsídio e as tarifas zero ou quase simbólicas para a garantia do direito à mobilidade.

Recentemente, a Câmara tem aprovado projetos de gratuidade voltados para públicos específicos e em determinadas datas, queremos propor a viabilidade de se pensar uma tarifa zero universal, ou uma tarifa baixa, aliando tecnologia e sustentabilidade com inclusão e acessibilidade.

Várias experiências em outras cidades como Maricá no Rio de Janeiro, ou Caeté aqui em Minas Gerais, nos provam que é possível defendermos um transporte com zero emissões e zero tarifas.

Assim queremos que o SUM, ou a malha rodoviária de Belo Horizonte seja orientada pelas seguintes diretrizes: participação e controle social deliberativos - construção coletiva de políticas públicas; promoção da gestão metropolitana e de consórcios entre municípios; linhas de

financiamento para implementação de infraestruturas voltadas para o transporte público e mobilidade ativa, com ênfase em Ruas Completas, segurança viária e zero mortes no trânsito.

Por fim, é preciso reforçar que já passou da hora de construir sistemas que centram a qualidade e o conforto da população usuária, no ônibus ou no trem, mas também na calçada e no ponto de ônibus, trazendo assim novas pessoas passageiras e de volta aquelas que foram excluídas dos sistemas de transporte, pela falta deles, de acesso universal ou por conta de seu custo elevado.

c. Proposta 3: Metrô pra mais de metro!

A falta de um sistema de metrô eficiente em Belo Horizonte é uma das grandes questões de mobilidade urbana que impacta diretamente a vida dos cidadãos. Partindo dos princípios de equidade e universalidade, é fundamental abordar essa carência, que perpetua desigualdades, violências e exclusões territoriais, sociais, de gênero e raciais. A ausência de um metrô robusto agrava a situação daqueles que vivem em áreas de difícil acesso e dependem de sistemas de transporte precários e ineficazes.

A proposta de Alexandre e sua equipe é transformar o metrô de Belo Horizonte em uma realidade acessível. O objetivo é assegurar que o metrô se torne um meio de transporte confiável, rápido e acessível para todos, sem discriminação. Esse projeto inclui a expansão da única linha existente, e fortalecer o debate em torno da criação de novas rotas, passando pela modernização de estações e trens para atender às necessidades de toda a população, incluindo pessoas com deficiência, mobilidade reduzida e idosos.

Para viabilizar essa transformação, propomos uma série de medidas: primeiro, a realização de estudos de viabilidade para a expansão da rede de metrô, com foco em regiões que hoje são pouco ou mal atendidas por transporte público. Em seguida, é essencial buscar parcerias e consórcios com governos estaduais e federais, além de explorar fontes de financiamento público e privado para a construção e manutenção do sistema.

Além disso, defendemos uma política de subsídios e tarifas acessíveis, com o objetivo de garantir que o uso do metrô seja economicamente viável para todos. Propomos também a introdução de bilhetes integrados com a rede de ônibus, permitindo que os usuários façam transições suaves entre diferentes meios de transporte, incluindo ônibus, metrô e bicicletas públicas, promovendo uma mobilidade mais eficiente e integrada.

Acreditamos que esse processo deve ser acompanhado da participação social ativa, onde a população tenha voz na definição das prioridades e no monitoramento das obras e serviços. Uma vez que uma abordagem transparente e participativa é fundamental para o sucesso desse projeto.

Belo Horizonte não pode mais esperar por um sistema de metrô funcional! É necessário garantir a qualidade e o conforto dos usuários, tanto nas estações quanto nos trens na única linha existente e tirar do discurso a realização de novas linhas. Oferecendo uma alternativa segura e eficiente ao transporte rodoviário. Sabendo que com o metrô, buscamos reduzir o trânsito, diminuir a poluição e, principalmente, proporcionar uma mobilidade urbana mais justa e acessível para todos.

d. Proposta 4: Engenharia de trânsito como redução de danos

Uma morte a cada seis dias, um acidente grave a cada 13 horas e uma ocorrência de trânsito a cada 37 minutos: esses são os alarmantes números do risco de pilotar uma motocicleta em Belo Horizonte, conforme apontado pela última publicação da série de reportagens "Risco sobre Rodas" do Núcleo de Dados do Estado de Minas. Recentemente, o EM revelou que o Anel Rodoviário e as avenidas Cristiano Machado, do Contorno, Amazonas e Antônio Carlos são as vias mais perigosas da cidade, com base no número total de acidentes registrados em cada uma delas.

A série de reportagens destaca o drama dos motociclistas em BH, refletindo a combinação de imprudência dos condutores, tanto de motocicletas quanto de carros e veículos de carga, além da infraestrutura deficiente em algumas áreas da capital. O Observatório de Segurança Pública de Minas Gerais aponta que Belo Horizonte registrou 149.931 acidentes de trânsito envolvendo motos nos últimos 10 anos, de janeiro de 2014 a maio deste ano.

Para enfrentar essa situação, o mandato propõe uma série de ações focadas na melhoria da engenharia de trânsito e segurança viária. Em primeiro lugar, é necessária uma modernização urgente da infraestrutura, com ênfase nas vias mais críticas como o Anel Rodoviário e as avenidas mencionadas. Isso inclui a instalação de sinalização apropriada, criação de faixas exclusivas para motocicletas e a implementação de sistemas de alerta e iluminação que aumentem a visibilidade e segurança para todos os usuários das vias.

Além disso, promover campanhas educativas contínuas é fundamental para incentivar comportamentos seguros entre motociclistas, motoristas de carros e veículos de carga. Essas campanhas devem abordar temas como a observância dos limites de velocidade, a importância do uso de equipamentos de segurança e a atenção redobrada em áreas de maior risco. Incluir programas educativos nas escolas pode preparar as futuras gerações para um comportamento mais responsável no trânsito.

Por último, reforçar a fiscalização e o cumprimento das leis de trânsito é essencial. Isso envolve aumentar a presença de agentes de trânsito em locais estratégicos, utilizar tecnologias como câmeras de monitoramento e radares, e aplicar penalidades rigorosas para infrações. A criação de uma comissão especial de trânsito, composta por representantes de órgãos municipais e estaduais, sociedade civil e especialistas em engenharia de

trânsito, permitirá a supervisão e a revisão constante das políticas de trânsito. Essas ações visam criar um ambiente mais seguro e eficiente, reduzindo significativamente o número de acidentes e protegendo vidas.

e. Proposta 5: O transporte melhora com estímulo a alternativas

A diversificação dos modais de transporte é fundamental para promover uma mobilidade urbana mais eficiente, inclusiva e sustentável em Belo Horizonte. A proposta de Alexandre Boaventura visa transformar a forma como a cidade lida com os diferentes meios de transporte, buscando soluções que integrem e melhorem a acessibilidade e a qualidade de vida dos cidadãos.

Para incentivar o uso da bicicleta como uma alternativa viável e segura, propomos a expansão significativa da rede de ciclovias e ciclorrotas na cidade. A ideia é criar um sistema de rotas integradas que conectem bairros residenciais a centros de trabalho, educação e lazer, reduzindo a dependência dos veículos motorizados e promovendo um estilo de vida mais saudável. As ciclovias devem ser bem sinalizadas, iluminadas e mantidas, com pontos de estacionamento seguro e acessível para bicicletas. Além disso, é crucial promover campanhas de conscientização sobre o uso das bicicletas e a segurança dos ciclistas.

É essencial melhorar a integração entre diferentes modais de transporte para otimizar a mobilidade urbana. Propomos a criação de pontos de integração entre ônibus, metrô, bicicletas e serviços de transporte por aplicativo, permitindo transições suaves e eficientes entre os modais. A instalação de bicicletários em estações de metrô e terminais de ônibus, além da implementação de sistemas de bilhetagem integrada, facilitará o uso combinado de diferentes formas de transporte. Também é importante garantir que as estações e pontos de integração sejam acessíveis para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida.

Para promover o transporte ativo e sustentável, a prefeitura precisa instituir benefícios e recompensas para o uso de transporte coletivo e modais não motorizados, como caminhadas e bicicletas. Assim, queremos a criação de descontos em impostos para aqueles que utilizam bicicleta ou caminham até o trabalho, além de parcerias com empresas para estimular práticas de mobilidade sustentável entre seus funcionários. A introdução de áreas de lazer e rotas de caminhada bem planejadas também incentivará a população a adotar modos de transporte mais ativos e ecológicos.

A implementação da diversidade de modais deve ser acompanhada de uma avaliação contínua para garantir que as soluções propostas atendam às necessidades da população e promovam a eficiência do sistema de transporte. Deve-se criar um comitê de acompanhamento composto por representantes da comunidade, especialistas em transporte e gestores públicos para monitorar o desempenho dos novos sistemas, coletar feedback dos usuários e fazer ajustes conforme necessário. Essa

abordagem garantirá que as políticas de mobilidade evoluam de acordo com as demandas e desafios da cidade.

Por fim e integrando a proposta 3 do eixo de cultura, deve-se reforçar o skate como um modal de transporte alternativo, incentivando a construção de infraestruturas específicas, como skateparks e pistas de skate em áreas estratégicas da cidade. Essas estruturas devem estar localizadas em pontos de grande circulação, como centros comerciais, bairros residenciais e áreas próximas a estações de transporte público. Além disso, a implementação de faixas exclusivas para skates em calçadas e ciclovias garantirá a segurança dos usuários e a integração com outros modais.

Habitação

1. Introdução teórica

A habitação é um dos pilares essenciais para a qualidade de vida e o desenvolvimento humano. A disponibilidade de moradias adequadas não apenas proporciona segurança e estabilidade, mas também desempenha um papel crucial no bem-estar social, econômico e psicológico dos indivíduos. Diversos estudos e especialistas afirmam que um lar seguro e digno é um requisito fundamental para o exercício de outros direitos e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Segundo Amartya Sen (1999, p. 36), "a habitação não deve ser vista apenas como um espaço físico onde se vive, mas como um elemento integral do bem-estar que afeta profundamente a capacidade das pessoas de viverem suas vidas de maneira digna e produtiva". Seguindo essa perspectiva, a abordagem da habitação deve considerar não apenas a quantidade, mas também a qualidade das moradias, englobando aspectos como localização, infraestrutura e acesso a serviços essenciais.

Investir em habitação é fundamental para a construção de cidades sustentáveis e inclusivas. A falta de moradias adequadas pode levar a uma série de problemas sociais, incluindo a vulnerabilidade a desastres, a marginalização e o aumento das desigualdades sociais. Por outro lado, um acesso equitativo à habitação de qualidade contribui para a redução da pobreza, a promoção da saúde e a melhoria das condições de vida.

É necessário que as políticas habitacionais integrem não apenas a construção de novas moradias, mas também a revitalização e a manutenção de áreas urbanas já existentes. Nesse contexto, o eixo de propostas habitacionais está alinhado com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU):

- **Objetivo 1:** Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares garantindo que a habitação adequada esteja disponível para todos, especialmente para os mais vulneráveis.
- **Objetivo 11:** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis – promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e a criação de moradias acessíveis e de qualidade.

- **Objetivo 16:** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis – garantindo que as políticas habitacionais sejam justas e que os direitos à habitação sejam protegidos e promovidos.



2. Justificativa

Em Belo Horizonte, garantir moradias adequadas e acessíveis é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. As condições habitacionais afetam diretamente a saúde, a segurança e o bem-estar dos cidadãos, além de influenciar a coesão social e o desenvolvimento econômico da cidade.

O objetivo das políticas habitacionais deve ser assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a moradias dignas, situadas em ambientes seguros e sustentáveis. Apesar dos esforços do Plano Diretor de Belo Horizonte e das políticas habitacionais vigentes, a cidade enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, déficit habitacional e dificuldades na implementação de soluções eficazes. Esses problemas são agravados por fatores como a especulação imobiliária e limitações orçamentárias que afetam a capacidade do poder público em executar projetos habitacionais.

O cenário habitacional de Belo Horizonte revela uma realidade complexa, marcada por áreas de urbanização irregular e condições precárias de moradia. Em um contexto de rápida urbanização e crescente desigualdade social, é crucial que a habitação seja tratada como uma prioridade. Para enfrentar esses desafios, é necessário um enfoque abrangente que considere tanto a criação de novas moradias quanto a revitalização das áreas existentes.

O mandato de Alexandre Boaventura se compromete a abordar esses desafios com uma abordagem prática e orientada para resultados. Em nossa atuação, iremos priorizar cinco questões essenciais ao debater e implementar propostas habitacionais: **Acesso; Qualidade; Infraestrutura; Sustentabilidade; e Inclusão Social.**

3. Propostas

a. Proposta 1: Morar é um direito básico

A moradia é um direito essencial para a dignidade e o bem-estar de cada indivíduo. Para garantir que todos os cidadãos de Belo Horizonte tenham acesso a uma habitação adequada, nossa proposta visa a criação de um programa abrangente e eficiente de políticas habitacionais.

O Programa "Casa para Todos" é uma frente de atuação junto com o poder público, que visa a construção, a aquisição de moradias a preços acessíveis e a regularização dos imóveis da cidade. Este programa será construído em parceria com a Urbel e as autoridades competentes, a partir da revisão e aplicação do Plano Diretor de Belo Horizonte.

A ideia é identificar e mapear áreas com maior necessidade habitacional e potenciais para desenvolvimento e assegurar políticas habitacionais para responder ao aumento da demanda e às novas realidades urbanas. Além disso, é imperativo que se estabeleça um plano acelerado de regularização fundiária para titular terrenos e imóveis em áreas ocupadas irregularmente. O objetivo é fornecer segurança jurídica aos moradores e garantir o acesso a serviços públicos essenciais.

O mandato de Alexandre também visa criar incentivos fiscais e subsídios para construtoras e incorporadoras que se comprometam a desenvolver projetos habitacionais voltados para famílias de baixa e média renda. Esses incentivos podem incluir isenções de impostos e facilidades no licenciamento.

Com os objetivos do Fundo Municipal de Habitação, será possível financiar projetos de moradia acessível e apoio a reformas em habitações existentes. Este fundo será alimentado por contribuições do setor privado, fundos estaduais e federais, e recursos municipais. Recursos que serão avaliados e acessados por um comitê de participação comunitária que acompanhe a implementação de projetos habitacionais e assegure que as necessidades da população sejam atendidas. A transparência será garantida através de relatórios públicos e audiências regulares.

b. Proposta 2: Requalificação do centro

O centro de Belo Horizonte é o coração da cidade, representando não apenas um importante núcleo comercial, mas também um símbolo da identidade cultural e histórica da cidade. Nossa proposta visa revitalizar e requalificar o centro para torná-lo um espaço mais vibrante, seguro e acessível, preservando ao mesmo tempo seu valor histórico e cultural.

É preciso que se pense iniciativas para a recuperação e a preservação dos edifícios históricos do centro, mantendo a arquitetura original e restaurando fachadas deterioradas. Será promovido um inventário dos imóveis históricos para assegurar que qualquer intervenção respeite seu valor cultural.

Existe também a ideia de que cidades não necessitam de áreas verdes, ou lugares de conexão para as pessoas transitarem, o que é falso. Por isso, planejamos buscar a melhoria da infraestrutura urbana com a criação de áreas pedonais, calçadas e praças. Isso incluirá a instalação de mobiliário urbano moderno, como bancos, luminárias e jardins, para tornar o centro mais atraente e confortável para os pedestres. Acessibilidade para pessoas com deficiência será uma prioridade em todas as intervenções.

É importante aumentar a presença de segurança no centro através de parcerias com a polícia e a instalação de câmeras de vigilância. Intensificar os esforços de limpeza urbana para garantir um ambiente seguro e agradável. Serão implementadas campanhas de conscientização para promover a manutenção e o respeito ao espaço público.

A requalificação do centro de Belo Horizonte visa não apenas revitalizar um espaço vital para a cidade, mas também fortalecer a economia local e promover uma maior coesão social, tornando o centro um lugar de encontro, comércio e cultura.

c. Proposta 3: Periferias no plural

A partir do livro *Periferias no plural*, que acreditamos ser um importante documento para o debate sobre as periferias no Brasil, construímos a terceira proposta do eixo habitação.

Como pauta e conteúdo do livro, vemos e aplicamos um novo olhar sobre o tema ao tomar o entendimento de que os territórios periféricos não se desenham somente pela distância física, mas também pela distância simbólica dos espaços de poder.

A obra que é resultado de um longo processo de pensamento, debates, pesquisas e articulações, concatenado com as mudanças experienciadas pelo Brasil no seu processo de democratização recente, suas crises e potenciais, reúne autores e autoras de várias áreas do conhecimento, temas urgentes e importantes para ampliar nossa visão atual sobre as periferias e, além disso, coloca no centro do pensamento sobre as "periferias" as noções apresentadas e vivenciadas pelos próprios sujeitos que se apresentam como periféricos.

Nosso mandato buscará capacitar moradores das periferias por meio de programas de formação e empreendedorismo. Essa ação se conecta com a educação para a maturidade do Eixo de Educação. Serão potencializados os cursos técnicos, oficinas de negócios e acesso a microcrédito, em colaboração com universidades, ONGs e o setor privado para os moradores das diversas vilas de Belo Horizonte. Esses esforços visam promover a capacitação e fomentar a autonomia econômica das comunidades periféricas.

Propomos, ainda, retornar com o orçamento participativo como política de urbanização colaborativa na qual, quem melhor que os próprios moradores para definir as prioridades de infraestrutura em suas áreas? Isso incluirá melhorias no saneamento básico, iluminação pública, pavimentação e a criação de espaços de convivência. Paralelamente, queremos construir equipamentos públicos essenciais, como escolas, unidades de saúde e centros culturais, assegurando que todos os habitantes tenham acesso a serviços de qualidade e espaços de desenvolvimento comunitário.

d. Proposta 4: Mais teto, menos mercadoria

A crise habitacional em Belo Horizonte, assim como em outros centros, é intensificada pela especulação imobiliária e pela predominância de interesses de mercado que priorizam o lucro sobre o direito à moradia. Para enfrentar essa questão, nossa proposta visa a promoção de políticas que assegurem o acesso à moradia digna como um direito fundamental, diminuindo a dependência das dinâmicas de mercado.

Propomos a revitalização do programa municipal de habitação, para que se priorize a construção de moradias com financiamento público, evitando o repasse de custos ao mercado imobiliário. Esse programa já ativo contará ainda mais com a participação da Urbel e outras entidades competentes, para garantir a construção de unidades habitacionais acessíveis, especialmente para famílias de baixa renda. Além disso, o programa incentivará o uso de terrenos públicos ociosos para a construção de habitações sociais, evitando que sejam utilizados para especulação.

Outra ação será a regulamentação de alugueis sociais, estabelecendo um controle de preços e garantindo que a oferta de moradias para aluguel seja acessível. Queremos também criar um fundo público de garantia para alugueis sociais, que permitirá que famílias em situação de vulnerabilidade tenham acesso a moradias com segurança e estabilidade. Este fundo será sustentado por parcerias com o setor privado e contribuições governamentais, buscando manter os custos de habitação baixos e acessíveis para todos.

Alexandre e sua equipe vão promulgar por meio de projeto de lei, a criação da cooperativa habitacional e de autogestão da cidade de Belo Horizonte. O objetivo é direcionar uma autarquia que facilite o acesso a financiamentos e recursos técnicos. Estas cooperativas permitirão que os moradores se organizem coletivamente para construir e gerir suas próprias moradias, fortalecendo a autonomia comunitária e promovendo soluções habitacionais sustentáveis e inclusivas.

e. Proposta 5: Moradias temporárias e população de rua

Reconhecendo a vulnerabilidade da população em situação de rua em Belo Horizonte, propomos a criação de moradias temporárias como uma solução imediata e emergencial. Essas unidades de acolhimento serão desenvolvidas em parceria com organizações sociais e instituições de caridade, oferecendo um ambiente seguro e digno para quem necessita.

Essa frente de atuação visa pautar a defesa dos serviços de apoio, como assistência social, psicológica e programas de reinserção social e laboral. Além disso, é necessária a capacitação profissional dos beneficiários, para facilitar sua transição para moradias permanentes e a integração na sociedade.

Nosso mandato seguirá buscando parcerias com o setor privado e ONGs para criar uma rede de apoio que ajude a fornecer alimentação, cuidados médicos e atividades educacionais. Essa iniciativa visa não apenas atender

às necessidades básicas, mas também oferecer oportunidades de recomeço e autonomia para aqueles que enfrentam a falta de moradia.

Meio Ambiente e Saneamento Básico

1. Introdução teórica

A Sustentabilidade é o entendimento dos diversos aspectos da vida, não apenas humana, e de como se relacionam entre si. Compreende a leitura das necessidades presentes e futuras, avaliando o desenrolar dos impactos gerados por cada ação demandada por elas. De forma ampla, trata-se de encontrar um equilíbrio entre o crescimento econômico, a proteção ambiental e o bem-estar social. A sustentabilidade busca assegurar que as atividades humanas, sejam elas econômicas, sociais ou culturais, possam ser mantidas a longo prazo sem prejudicar os recursos ou causar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Meio ambiente refere-se ao conjunto de elementos naturais e artificiais que compõem o espaço onde vivem os seres vivos. Inclui o ar, a água, o solo, a fauna, a flora e as interações entre eles. O meio ambiente é essencial para a sobrevivência e qualidade de vida de todas as espécies, incluindo os seres humanos. A proteção e a preservação do meio ambiente envolvem a gestão adequada dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas e a redução da poluição e degradação ambiental.

A vida contemporânea como a organizamos, predominantemente em cidades, apresenta benefícios e comodidades, otimizando acessos a recursos de saúde, educação, cultura e tecnologias diversas. Entretanto, questões que fora do espaço urbano seriam infinitamente menores ou sequer existiriam, se apresentam como desafios. Para boa parte deles, o Saneamento Básico se apresenta como ferramenta fundamental. Seus pilares

Quando falamos em sustentabilidade, meio ambiente e saneamento caminham juntos. Pensamos em práticas e políticas que visam a conservação do meio ambiente, enquanto permitem ou até proporcionam o desenvolvimento em outros âmbitos. Isso inclui o uso eficiente de recursos, a redução de emissões de poluentes, a proteção da biodiversidade, a promoção de energias renováveis e a implementação de estratégias para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas. Em suma, pensamos em uma abordagem integrada que busque garantir a saúde e a viabilidade do planeta para futuras gerações.

Com o crescimento urbano e industrial, as cidades têm um papel crucial na promoção de práticas ambientais responsáveis e na mitigação dos impactos negativos das atividades humanas. Belo Horizonte, como uma metrópole em expansão, enfrenta desafios relacionados à gestão de recursos naturais, poluição, resíduos sólidos e mudanças climáticas.

Além disso, estamos diante do maior desafio do século XXI: a crise climática. A temperatura global aumentou a níveis inimagináveis. Dos 17 anos mais quentes já registrados na história, 16 ocorreram neste século. Desde 1880, o padrão de vida e consumo mundial levaram ao aumento da temperatura global em mais de 1o C. Esse aumento tem desencadeado uma série de eventos climáticos extremos, que causam

consequências irreversíveis ao planeta, como aumento do nível e alteração do pH das águas oceânicas e intensificação de fenômenos como secas e desertificação de áreas atualmente vegetadas.

A poluição do ar mata mais de 7 milhões de pessoas ao ano. A emissão de poluentes provoca cerca de 170 mil mortes em crianças menores de cinco anos. Tais efeitos negativos causam impactos ainda mais significativos para populações vulneráveis, e intensificam desigualdades territoriais, raciais, étnicas, de gênero e geracionais. Nesse contexto, a estabilidade de todos os sistemas naturais e as nossas vidas nas cidades estão em risco, moldando um cenário que impactará de modo irreversível a presente e as futuras gerações.

Nesse sentido, pensar o eixo de meio ambiente e saneamento abrange questões ambientais, econômicas e sociais — ou seja, sustentáveis. Promover práticas sustentáveis é vital para criar uma cidade mais saudável, resiliente e inclusiva. As políticas deste eixo buscam integrar essas dimensões, promovendo ações que alinhem o desenvolvimento urbano à preservação ambiental e ao uso responsável dos recursos.

As propostas deste eixo estão alinhadas com os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU:

- Objetivo 6: Água Potável e Saneamento** - Garantir o acesso à água com qualidade e segurança, reduzindo a poluição e acabando com esgotos a céu aberto.
- Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis** - Fomentar a sustentabilidade urbana, promovendo uma infraestrutura resiliente e acessível para todos.
- Objetivo 12: Consumo e Produção Responsáveis** - Incentivar práticas sustentáveis de consumo e produção, reduzindo o desperdício e promovendo a reutilização de recursos.
- Objetivo 13: Ação Contra a Mudança Global do Clima** - Adotar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.



2. Justificativa

A sustentabilidade e a preservação do meio ambiente são fundamentais para o desenvolvimento saudável e contínuo de Belo Horizonte. Com o aumento da urbanização e da pressão sobre os recursos naturais, a cidade enfrenta desafios significativos relacionados à poluição, gestão de resíduos, escassez de recursos hídricos e degradação dos ecossistemas. A qualidade do ar, a disponibilidade de água potável e a manutenção de áreas verdes são aspectos cruciais para a saúde pública e o bem-estar geral da

população. Portanto, políticas ambientais eficazes são essenciais para garantir que Belo Horizonte continue sendo um lugar seguro e saudável para se viver.

O impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente tem consequências diretas sobre a qualidade de vida dos cidadãos. A poluição atmosférica, o desmatamento e a inadequada gestão de resíduos contribuem para o agravamento das mudanças climáticas, que, por sua vez, afetam a segurança e a resiliência da cidade frente a eventos extremos, como enchentes e deslizamentos de terra. Além disso, a urbanização descontrolada e a especulação imobiliária ameaçam a conservação de áreas naturais e a biodiversidade local. É imperativo que o poder público adote uma abordagem proativa para proteger o meio ambiente e promover práticas sustentáveis, visando mitigar os impactos negativos e assegurar um futuro sustentável.

A sustentabilidade deve ser integrada ao planejamento urbano e ao desenvolvimento econômico de Belo Horizonte. Isso envolve a promoção de práticas de consumo e produção responsáveis, a transição para fontes de energia renováveis e a implementação de infraestrutura verde. A economia circular, que busca reduzir o desperdício e maximizar a reutilização de materiais, é uma estratégia essencial para tornar a cidade mais resiliente e menos dependente de recursos finitos. Além disso, a educação ambiental é um componente crucial para engajar a população na adoção de práticas sustentáveis e na valorização do meio ambiente.

Ademais, outro grande problema de Belo Horizonte e recorrente, são as enchentes e os danos causados pela força das águas. Isso tem a ver com fatores como a rápida urbanização, a impermeabilização do solo e a inadequada gestão das águas pluviais. As áreas urbanas, quando asfaltadas e concretadas, têm menor capacidade de absorver água, o que contribui para o aumento do volume de água que escoar pelas ruas e pode causar alagamentos. Além disso, o entupimento de bueiros e redes de drenagem, muitas vezes sobrecarregadas pela falta de manutenção, agrava a situação.

O mandato de Alexandre Boaventura está comprometido com cinco principais questões no eixo de sustentabilidade e meio ambiente: **Conservação e Proteção de Áreas Verdes; Gestão Eficiente de Resíduos Sólidos; Promoção de Energias Renováveis; Conscientização Ambiental; Infraestrutura Verde e Resiliência Urbana.**

3. Propostas

a. Proposta 1: O resgate da BH Cidade Jardim

Plantar árvores e preservar florestas passa diretamente por **planejamento inteligente** dessa preservação e plantio. Por isso, propomos estimular e apoiar o governo municipal no desenvolvimento, execução e acompanhamento de políticas e estratégias relacionadas à mudança do clima, conforme previsto nas diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e no Plano Nacional de Adaptação.

É fundamental aumentar a participação, a transparência e a diversidade nos processos de elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas socioambientais do município, garantindo que todos os setores da sociedade estejam envolvidos e informados. Além disso iremos aplicar **governança eficiente** para sensibilizar a Casa Legislativa para a

agenda de desenvolvimento urbano sustentável, resiliente e de baixo carbono através da promoção da capacitação técnica constante, a criação de um sistema de acompanhamento de indicadores que permita a avaliação e prestação de contas à sociedade (como o número de árvores plantadas e desmatadas na cidade), além de incentivar a regulamentação dos fundos e fontes de financiamento para a execução das políticas climáticas.

b. Proposta 2: Tratar o lixo e cuidar das pessoas

Nossa proposta de legislatura inclui a implementação de um programa abrangente para a gestão de resíduos sólidos urbanos, com o objetivo de promover práticas sustentáveis e inclusivas em Belo Horizonte.

Para valorizar e apoiar os catadores, propomos o **Catador Legal**, que reconhece e formaliza o trabalho da categoria como serviço ambiental de suma importância, com papel central na cadeia de tratamento dos resíduos. A iniciativa estimulará a adesão dos órgãos municipais competentes ao programa Pró-catador do Governo Federal. Esta iniciativa visa a inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis por meio do incentivo a se tornarem empreendedores da mesma forma que o setor industrial, contando com as linhas de financiamento do BNDES, Caixa e Banco do Brasil já à disposição. As políticas públicas serão desenhadas considerando o protagonismo assumido pelas mulheres catadoras, que representam 70% da categoria.

Além disso, implementaremos uma **Política de Compostagem**, buscando a compostagem de 100% dos resíduos orgânicos, que compõem a maior parte do montante gerado pelos domicílios. Esta política estimulará a criação de composteiras comunitárias e a compostagem através de cooperativas, retornando os produtos, adubos e fertilizantes, direta e indiretamente para a população e contribuindo para a geração de trabalho e renda, seguindo o modelo bem-sucedido da cidade de Florianópolis.

Paralelamente, fortaleceremos a **Logística Reversa e Reciclagem**, assegurando o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Focaremos na responsabilização dos produtores dos resíduos e daremos especial atenção ao lixo eletrônico, desburocratizando processos, ampliando ecopontos e fortalecendo políticas públicas que incentivem parcerias entre empresas e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Por fim, traremos a iniciativa **Plástico Zero**, que visa restringir o acesso a itens de plástico de uso único, como sacolas, canudos, copos, talheres e pratos, seguindo o exemplo bem-sucedido de São Paulo.

Essas ações, integradas e conectadas, buscam transformar Belo Horizonte em uma cidade modelo em sustentabilidade e gestão de resíduos, promovendo um ambiente mais limpo, inclusivo e sustentável para todos.

c. Proposta 3: Qualidade das águas é qualidade de vida

Em 2010, a ONU reconheceu o acesso à água potável e ao saneamento básico como direito social. A nível nacional, está em trâmite o reconhecimento como direito constitucional a todos os cidadãos. Belo Horizonte enfrenta desafios significativos com suas águas, especialmente no tratamento do esgoto, que afetam não apenas a saúde ambiental, mas também a funcionalidade e a segurança das áreas urbanas. Problemas como sistemas de drenagem inadequados, redes de esgoto obsoletas e falta de tratamento eficiente de águas residuais resultam em alagamentos, poluição de corpos d'água e impactos negativos sobre a saúde pública e o meio ambiente. Estes problemas se agravam em áreas de ocupação irregular e nas regiões periféricas, onde a infraestrutura é muitas vezes insuficiente.

Para enfrentar esses desafios, precisamos de um planejamento e execução para a melhoria da infraestrutura de saneamento e drenagem em Belo Horizonte, especialmente na **Lagoa da Pampulha**, onde a situação é crítica. Devemos estimular o governo municipal a revisar e atualizar os Planos Diretores, incluindo a expansão e modernização das redes de drenagem e esgoto, tal qual foi aprovado no âmbito federal do Marco do Saneamento Ambiental.

É urgente que os agentes do poder público invistam na construção de novas estações de tratamento de esgoto e na ampliação das existentes para garantir que todas as áreas da cidade tenham acesso a serviços adequados e de qualidade. Além disso, a prefeitura pode promover a implementação de soluções de drenagem sustentável, como a construção de jardins de chuva e pavimentos permeáveis, e ajudar a melhorar a gestão das águas pluviais.

Nesse contexto, a participação ativa da comunidade e a transparência são fundamentais para o sucesso das políticas de saneamento. Buscaremos envolver os cidadãos na gestão dos recursos hídricos e na proteção dos sistemas de saneamento. Incluir os moradores no monitoramento e na manutenção dos sistemas de drenagem e esgoto pode promover um maior senso de responsabilidade e engajamento com a qualidade ambiental. Além disso, campanhas de conscientização sobre a importância do saneamento e do descarte adequado de resíduos sólidos contribuirão para a redução de problemas relacionados ao entupimento de redes e à poluição.

Populações em ocupações ou áreas irregulares não podem ser desconsideradas, bem como pessoas que passam o dia nas ruas, sejam trabalhadores como vendedores, ambulantes e entregadores, ou pessoas em situação de rua. É preciso levar infraestrutura a essas áreas e buscar o **acesso à água tratada e banheiros** para essas pessoas. Buscar corrigir as ligações irregulares, trabalhando em conjunto com COPASA e ARSAE, legislando no sentido de mudar a situação e garantir a manutenção posterior.

Por fim, nosso mandato vai propor que a prefeitura adote tecnologias avançadas para melhorar a eficiência dos sistemas de saneamento, como por exemplo um grande centro de gestão integrado para monitoramento e manutenção das redes de drenagem e esgoto, para a detecção de problemas e a otimização dos processos.

d. Proposta 4: As chuvas e enchentes: Problema climático e urbanístico

Belo Horizonte enfrenta problemas significativos com enchentes e alagamentos, gerados por uma combinação de fatores humanos. A topografia acidentada, as falhas no planejamento da ocupação das áreas de cursos d'água e a canalização dos mesmos, tornam-na vulnerável a chuvas intensas que frequentemente resultam em alagamentos, causando danos ambientais e urbanos profundos. Ambientalmente, as enchentes levam à degradação dos corpos d'água, poluindo rios e córregos com resíduos e poluentes, comprometendo a biodiversidade e a qualidade da água. Urbanamente, as enchentes prejudicam a infraestrutura, causando danos a edifícios, veículos e equipamentos públicos, e elevando os custos de manutenção e reparação, sobrecarregando o orçamento municipal.

Para enfrentar esses desafios, é essencial implementar uma abordagem de governança climática eficaz. Propomos estimular o governo municipal a desenvolver e executar políticas e estratégias relacionadas às **mudanças climáticas**, alinhadas com as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e o Plano Nacional de Adaptação. Esse planejamento inteligente deve ser baseado em dados atualizados e em técnicas modernas de manejo urbano para mitigar os efeitos das enchentes.

A participação ativa da comunidade e a transparência são fundamentais para o sucesso das políticas públicas. Devemos incentivar a participação cidadã e a diversidade nos processos de elaboração e monitoramento das políticas socioambientais. Além disso, é crucial fortalecer a gestão pública através da criação e qualificação de uma carreira de Especialista em Políticas Públicas. A profissionalização e a capacitação dos servidores aumentarão a eficiência e a qualidade das políticas climáticas e de gestão de crises.

Além disso, propor e fiscalizar a **outorga de impermeabilização**, seguindo o exemplo do Distrito Federal, com arrecadação direcionada para obras de drenagem, atualizando o plano diretor com incentivos para retenção de água, telhados verdes e tanques de amortecimento. Prever, ainda, incentivos fiscais tanto para novas quanto para imóveis existentes.

Nesse sentido, essa frente de atuação também consiste na revitalização e atualização do centro integrado e multisetorial para a **gestão de crises e desastres naturais**. Este centro deve implementar sistemas de previsão, monitoramento e alerta precoce para proteger os cidadãos e as infraestruturas urbanas. O mandato ainda busca melhorar a coordenação entre diferentes setores e garantir uma resposta mais eficaz durante as

enchentes. Um ambiente de gestão participativa e baseado em evidências permitirá uma reação mais rápida e adequada às crises.

Para garantir a implementação efetiva das políticas climáticas, é importante sensibilizar a Câmara Legislativa para uma agenda de desenvolvimento urbano sustentável. Devemos promover a capacitação técnica constante, criar um sistema de acompanhamento de indicadores interno da casa e regulamentar fundos e fontes de financiamento para as políticas climáticas. A regulamentação e o controle dos recursos destinados à mitigação de riscos e à adaptação às mudanças climáticas são essenciais para assegurar a eficácia das ações.

e. Proposta 5: Agroecologia e hortas urbanas presentes!

A promoção da agroecologia é essencial para garantir a segurança alimentar, a sustentabilidade ambiental e a coesão comunitária em Belo Horizonte. Nossa proposta visa transformar áreas urbanas em centros de produção de alimentos saudáveis e acessíveis, alinhando-se com práticas de planejamento urbano que integrem tanto a produção agrícola quanto a habitação social. A ideia é fortalecer a integração do **morar e do plantar**, revisando o Plano Diretor da cidade de forma transparente e participativa. Inspirados por exemplos bem-sucedidos em Florianópolis e no Rio de Janeiro, propomos a criação de hortas comunitárias e pomares urbanos que não apenas embelezam a cidade, mas também contribuem para a produção de alimentos orgânicos e acessíveis.

Para garantir a eficácia dessa proposta, será essencial estimular a **agricultura urbana** e familiar através de hortas comunitárias e coletivas. Estas hortas serão implantadas em terrenos públicos e privados não utilizados, geridas por residentes locais com suporte técnico e financeiro da prefeitura. Além disso, apoiaremos os programas de assistência técnica para a construção de habitações de interesse social, alinhando-nos com as práticas da plataforma ATHIS e outras legislações que garantam a qualidade e segurança das moradias. O objetivo é promover a autossuficiência alimentar, reduzir desertos alimentares e fomentar a integração social e a educação ambiental.

Os pomares urbanos serão estabelecidos em áreas estratégicas da cidade para cultivar frutas e verduras, promovendo a diversificação alimentar e fornecendo alimentos frescos para a comunidade, e **sem agrotóxicos (sem veneno!)**. Para aumentar a visibilidade e o impacto dessas iniciativas, serão organizadas feiras em praças, escolas e centros comunitários, onde os moradores poderão adquirir produtos frescos e participar de atividades educativas. A promoção de práticas agroecológicas será acompanhada de cursos e oficinas sobre técnicas de cultivo sustentável, compostagem e manejo responsável, em colaboração com instituições educacionais e organizações especializadas.

A proposta também prevê incentivos fiscais e benefícios para proprietários de terrenos abandonados e iniciativas privadas que se comprometem a utilizar esses espaços para a criação de hortas e pomares urbanos. Similar

a parcerias público-privadas, essas concessões promoverão a utilização eficiente de terrenos ociosos e contribuirão para a criação de espaços verdes e produtivos em toda a cidade.

Além dessas ações, Alexandre Boaventura e sua equipe buscarão estabelecer parcerias com cooperativas de agricultores, ONGs e empresas locais para fornecer recursos, apoio técnico e materiais necessários para o sucesso das hortas e pomares urbanos. Essas parcerias fortalecem a rede de apoio e garantirão a implementação eficaz das iniciativas, promovendo uma cidade mais sustentável e resiliente.

A implementação dessas propostas não só melhora a qualidade de vida nas áreas urbanas, mas também promove a inclusão social e o engajamento comunitário. Acreditamos que, ao integrar práticas agroecológicas no planejamento urbano, Belo Horizonte poderá se tornar um modelo de cidade sustentável e participativa, onde a produção de alimentos saudáveis e o cuidado com o meio ambiente caminham lado a lado.